

EDITORIAL

A perspectiva comparativa na análise da educação superior tem sido uma preocupação permanente do CIPEDES. Desde o primeiro número, os editoriais defendem a posição de que a forma mais consistente e adequada de compreender os desafios da universidade brasileira é situá-los num contexto comparativo. Este enfoque é decisivo porque a problemática que enfrentam as universidades latino-americanas tem muito em comum com o que está ocorrendo em outras partes do mundo, apesar das diferenças históricas entre os padrões universitários.

As universidades européias, que influenciaram com seus modelos, desde o século XVI, as instituições das três Américas desde o século XVI, mantêm hoje um diálogo ativo com outros padrões internacionais, inclusive o americano, e desenvolvem novas formas de intercâmbio internacional com as universidades da América Latina. Basta citar a importância estratégica dessas universidades na formação de doutores latino-americanos e, mais recentemente, o reconhecimento mútuo dos títulos pós-graduados da rede de cooperação doutoral entre universidades brasileiras e francesas (Acordo Santos Dumont)

Em números anteriores, cujos artigos se encontram disponíveis para os leitores interessados na home page do CIPEDES (www.wileu.ufrgs.br/cipedes/), foram analisados alguns dos documentos mais relevantes produzidos por especialistas em educação superior na Europa e nos Estados Unidos. Nosso objetivo é disseminar o conhecimento afim de que a agenda proposta pelos governos às universidades seja compreendida no contexto de sua produção e não através da incorporação seletiva de acordo com a lógica governamental.

Refiro-me às análises sobre o *Rapport Attali* que discute a situação do ensino superior francês e seus desafios diante na União Européia e sobre documento da *Boyer Commission* que avalia os problemas da graduação nas universidades de pesquisa nos Estados Unidos. Brevemente será analisado o *Dearing Report* que está na base da nova política do governo trabalhista para as universidades inglesas. Um número especial foi consagrado à Conferência Mundial da Unesco, realizada em Paris, em 1997, cujas diretrizes refletem a problemática do ensino superior em escala mundial e recomendam políticas para a universidade para o século XXI.

Este documento da Unesco tem sido o principal instrumento de reflexão crítica das universidades latino-americanas sob a pressão dos governos nacionais articulados com as agências internacionais de financiamento. O documento permite, também, repensar os desafios da educação superior na sociedade do conhecimento do século XXI onde pela primeira vez a instituição secular corre o risco de perder seu monopólio tradicional nos campos do ensino e da pesquisa.

Da mesma forma, vários números difundiram análises de especialistas sobre sistemas universitários nacionais ou problemas específicos do ensino superior em suas relações com as áreas de ciência e tecnologia. Este novo número publica dois novos artigos na mesma perspectiva de ampliar nosso horizonte de conhecimento sobre o ensino superior. O primeiro de Robert Austin, analisa historicamente a dinâmica da formação do sistema universitário chileno e o segundo de Silvia Y. Llomovatte, aborda as relações entre a universidade e o setor produtivo através do exemplo canadense.

Este conjunto de análises mostra que o ensino superior na América Latina, apesar de suas especificidades nacionais, apresenta uma problemática comum a ser enfrentada pelas universidades. A questão central é a nova relação entre o Estado e as universidades públicas e dois problemas dela decorrentes: a questão complexa da autonomia universitária e a tendência progressiva de privatização do ensino superior.

Na maioria dos países em que estão sendo aplicadas políticas econômicas de ajuste neo-liberal, os recursos para o financiamento do ensino superior tendem a diminuir em função de outras prioridades governamentais. O Estado está implementando políticas fortemente restritivas de financiamento público às universidades e pressionando-as, de fato,

a buscar novos recursos através do setor privado e da cobrança de anuidades dos estudantes.

Essas políticas que buscam inspiração nas políticas fortemente restritivas do modelo inglês implantado pelo governo Thatcher e retomadas em novas bases pelas políticas de financiamento das agências internacionais, têm tido um efeito desagregador sobre o sistema público de ensino superior na América Latina.

Num extremo se encontra o México que, apesar dos sucessivos ajustes econômicos, tem mantido níveis satisfatórios de financiamento público às universidades e no outro extremo o Chile que aplicou de forma mais ortodoxa o modelo liberal no ensino superior, com cobrança de anuidades dos estudantes.

Nos países do Cone Sul a situação é mais grave porque suas universidades sofreram os efeitos destrutivos das ditaduras militares e agora precisam enfrentar seu problema mais agudo. O financiamento da recuperação do seus níveis tradicionais de qualidade acadêmica diante da massificação da matrícula através da expansão da pós-graduação em nível de doutorado e da ampliação do financiamento da pesquisa institucional básica e aplicada.

O caso brasileiro é, porém, o mais paradoxal. Após duas décadas de políticas desenvolvimento durante a ditadura militar ("Brasil potência"), com a redemocratização, as políticas dos governos civis em matéria de educação superior e ciência e tecnologia tem se orientado numa direção oposta. Hoje, o sistema público federal sobrevive com os recursos humanos qualificados disponíveis, porque o processo de financiamento público do ensino e da pesquisa é dramático, atingindo o seu nível mais crítico, ironicamente, na "república dos professores" do atual governo de Fernando Henrique Cardoso.

Daí decorrem as duas tendências que cada vez mais se explicitam na América Latina: a privatização do ensino superior e o uso político da autonomia universitária.

De um lado, a privatização crescente do ensino superior que foi objeto de um dossier especial da revista *AVALLAÇÃO* (dezembro, 1997, etc) no qual foram discutidas as novas relações entre ensino público e privado na América Latina. Esta nova tendência mostra que no continente latino-americano estamos passando de um sistema de ensino superior à dominância pública para um sistema no qual a educação privada se torna crescentemente hegemônica em muitos países. O Brasil é o caso mais avançado nesta direção em que a matrícula privada atinge cerca de 2/3 dos estudantes de ensino superior.

De outro, a autonomia universitária enfrenta uma dupla ameaça em função de duas tradições distintas na América Latina: a autonomia ampliada ou de ausência de autonomia.

Nos países hispânicos, sob a influência da Reforma de Cordoba, a autonomia se tornou uma conquista histórica que assegurou às universidades um tal nível de autonomia que criou uma cultura institucional reativa à políticas governamentais no campo do ensino superior. Esta conquista que está ameaçada pela chantagem de políticas do Banco Mundial pelas quais o preço de novos financiamentos implica renúncia de parcelas de autonomia tradicional, enfrenta novos problemas na relação com o Estado-avaliador.

No caso brasileiro, dentro da tradição estatal-partenalista, o Estado oferece as universidades federais uma forma de "autonomia ampliada", associada a "contratos de desenvolvimento institucional" onde a moeda de troca é autonomia de gestão dos recursos econômicos e o rigor dos mecanismos contratuais em que estão previstas, inclusive, sanções penais. Esta forma exótica de "autonomia", que não tem precedente histórico em nenhum país, utiliza-se de uma bandeira histórica das universidades latino-americanas para redefinir novos controles sobre o ensino superior. Descentralizam-se os recursos de manutenção e investimentos, mas centralizam-se as formas de negociação contratual sob o crivo do Estado-avaliador.

Hélgio Trindade